

Ecossustentabilidade

6 a 8 de novembro de 2012

www.upf.br/mic

RESUMO

Há possibilidade de cumulação de obrigação de fazer ou não fazer com condenação em dinheiro, na ação civil pública ambiental?

AUTOR PRINCIPAL: Eduardo Foschiera

E-MAIL:

vilaflavi@hotmail.com

TRABALHO VINCULADO À BOLSA DE IC::

Não

CO-AUTORES:

Elenise Felzke Schonardie

ORIENTADOR:

Elenise Felzke Schonardie

ÁREA:

Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Letras e Artes

ÁREA DO CONHECIMENTO DO CNPQ:

6.01.00.00-1 Direito

UNIVERSIDADE:

Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO:

O trabalho estuda a possibilidade de cumulação de obrigação de fazer ou não fazer com condenação em dinheiro, através da interpretação do artigo 3º da Lei 7.347, de 24 de julho de 1985, uma vez o legislador optou, na redação do texto, pela forma alternativa.

METODOLOGIA:

O método utilizado é o hipotético dedutivo, através do estudo das hipóteses - pela cumulação ou não da obrigação de fazer ou não fazer com condenação em dinheiro - e observando a necessidade da ampla proteção ao meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

O resultado obtido foi que existem duas correntes, sendo uma que defende a interpretação declarativa da lei, ou seja, o legislador optou por usar a palavra "ou" na redação do artigo 3º, impossibilitando a cumulação. A outra, segue a linha da interpretação extensiva do texto legal, possibilitando, assim, a cumulação das condenações, em defesa de uma ampla proteção ao meio ambiente.

CONCLUSÃO:

O estudo realizado é de grande relevância, uma vez que busca, através da análise das diferentes formas de interpretação do texto legal, maior proteção ao meio ambiente, o qual é tido como um direito humano fundamental de todo o cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	
ABELHA, Marcelo. Ação Civil Pública e Meio Ambiente, São Paulo: E ANTUNE, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 14. ed MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Defesa do Meio Ambiente, do Pate Editora Revista dos Tribunais 7ª Edição, 2001.	Juris, 12ª ed. 2010. . São Paulo: Malheiros, 2006.
Assinatura do aluno	Assinatura do orientador